



ANIVERSÁRIO JN | Privacidade na pandemia

INDIA

De voluntária a obrigatória

"A Índia tinha uma aplicação de rastreio de contactos que era voluntária, mas as farmácias barravam a entrada a quem não a tivesse no telemóvel. Depois, o seu uso passou a ser obrigatório", afirma o vice-presidente da Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais, Ricardo Lafuente, receando que esse se torne "o novo normal" noutras democracias.



Portugueses a favor do controlo por telemóvel

Vigilância de doentes covid-19 através de uma app recebe aprovação de 61% dos inquiridos

Carla Sofia Luz
email@jn.pt

SONDAGEM Se houver uma nova vaga de covid-19 em Portugal, a adoção da vigilância de infetados por telemóvel merece a concordância da maioria (61%) dos portugueses, conclui-se através da análise aos resultados do barómetro da Pitagórica para o "Jornal de Notícias".

Apenas 25% dos portugueses recusam abdicar de parte da sua liberdade para permitir a identificação de quem esteve próximo de doentes através dos movimentos dos smartphones. Essa discordância é ligeiramente superior no Sul e entre os jovens, dos 18 aos 34 anos de idade. Os inquiridos da Região Centro e do Grande Porto pelo barómetro da Pitagórica para o JN são aqueles que expressam maior disponibilidade para o recurso à vigilância eletrónica.

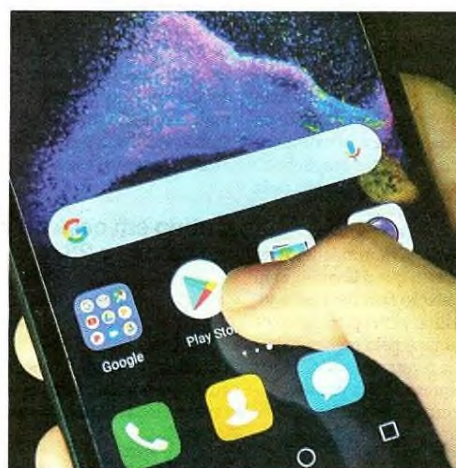
A imposição de restrições à liberdade de movimentos, questão polémica e que tantas dúvidas causa a associações e especialistas, tem o

apoio da grande maioria da população portuguesa. Ainda assim, há diferenças importantes, consoante o alcance das medidas de quarentena.

Se surgir uma nova vaga de infeções e voltar a estar em causa uma obrigação generalizada de confinamento, ou se for preciso aplicá-la apenas a uma região, o apoio é massivo: oito em cada 10 inquiridos numa sondagem da Pitagórica para o JN defendem que assim seja.

Se o confinamento se destinar exclusivamente a um grupo de risco, como os idosos, o apoio é menor: sete em cada 10. Sendo que os que estão menos dispostos a sofrer medidas seletivas são precisamente aqueles que têm 65 ou mais anos: apenas seis em cada 10.

O apoio diminuiu se virar a ideia de usar telemóveis para identificar quem esteve próximo de alguém infetado. O acordo face a esse tipo de vigilância é maioritário - seis em 10 -, mas entre os mais novos desce para 50%.



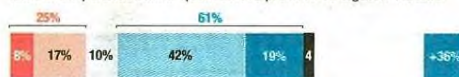
Aplicações de vigilância merecem aprovação

No caso de uma nova vaga do vírus

Qual o seu grau de concordância com:

■ Concordo totalmente ■ Discordo totalmente ■ Não concorda nem discorda
■ Concordo ■ Discorda ■ Ns/nr

Utilização de tecnologia que permita usar os movimentos dos telemóveis para identificar quem esteve próximo de alguém infetado



Confinamento rigoroso limitado apenas a uma determinada região



Confinamento rigoroso apenas para os grupos de risco



Aplicação de novos períodos de confinamento rigoroso como o que existiu durante o período de emergência



*A diferença de percentagem entre o concordo e o discordo

FONTE: PITAGÓRICA INFOGRAFIA JN

Macau exige aplicação à entrada de serviços públicos e privados

Território que Portugal entregou à China em 1999 digitaliza questionário que noutras crises sanitárias fazia no papel. Mentir pode ser crime

CONTROLO Em teoria, não são obrigados a instalar a aplicação nos seus telemóveis, mas, na prática, podem não ter outro remédio. Se querem entrar num serviço público, em alguns centros comerciais ou num casino, os residentes em Macau, entre os quais se encontram milhares de portugueses, têm de abrir e mostrar a aplicação, com a cor de código verde.

Segundo Paulo Henriques, jurista português que reside em Macau, aquela app exige resposta a três grupos de perguntas: "Tem febre ou tosse? Esteve em contacto com algum paciente de covid? Que países ou regiões visitou nos últimos 14 dias?", resume.

A quem tiver estado fora de Macau nas duas semanas anteriores, ou estiver com tosse ou febre, a app vai dar sinal amarelo ou vermelho e exigir quarentena e teste de despistagem do novo coronavírus, oficialmente chamado SARS-CoV2. A prestação de declarações falsas pode constituir contraordenação ou mesmo crime, "conforme o grau de culpa", explica aquele antigo docente da Faculdade de Direito de Coimbra.

Paulo Henriques desdramatiza as exigências, co-

mentando que a app macaense é apenas uma forma "mais prática" de responder a perguntas conhecidas: "Com as funcionalidades que tem atualmente, serve apenas para substituir o tipo de declarações que já estávamos habituados a preencher em papel, durante a SARS e noutras alturas de risco de epidemia", recorda.

Nos locais onde é exigida a apresentação da app, segundo Paulo Henriques, "o funcionário que está à entrada limita-se a ver o código verde, não recolhe dados nenhuns". "A única recolha de dados é feita na ligação da app ao site dos serviços de saúde", acrescenta o jurista, que desconhece quantos residentes têm a aplicação no telemóvel, até porque podem instalá-la para entrar num local onde a mesma é exigida e, a seguir, desinstalá-la.

O território que Portugal devolveu à China em 20 de dezembro de 1999 tem pouco mais de meio milhão de habitantes, mas uma das maiores densidades populacionais do mundo. Muitos chineses ali residentes mantêm passaporte português, mas os portugueses provenientes da Europa andarão à volta de 1% da população total, estima Paulo Henriques. ■ NELSON MORAIS



ANIVERSÁRIO JN | Privacidade na pandemia



Alerta para contactos através de Bluetooth

Com o apoio oficioso do Governo, o Inesc Tec tem estado a desenvolver – e até anunciou que estaria pronta no fim de maio – uma aplicação móvel para rastreio de contactos baseada na tecnologia Bluetooth. Segundo o instituto, se dois telemóveis com a App instalada estiverem a menos de dois metros, por 15 minutos, vão fazer o registo deste contacto e guardá-lo durante 14 dias. Neste período, se o dono de um dos telemóveis testar positivo para covid-19, o dono do outro será avisado, para também se submeter a um teste.

“Não podemos brincar aos falsos positivos”

A Associação de Defesa dos Direitos Digitais antevê que a aplicação do InescTec se vai revelar um fracasso, sobretudo, porque vai gerar demasiados falsos positivos. “O Bluetooth não tem a capacidade de medir distâncias. Reconhece o sinal ou não. E até atravessa paredes”, garante Ricardo Lafuente, avisando que, se a App for avante, muita gente será alertada e experimentará estados de ansiedade, até receber o resultado do teste, sem ter tido nenhum contacto de risco. “Não podemos brincar aos falsos positivos”, protesta.

Apps anti-covid-19 vão deixar país mais vigiado?

Apetência dos portugueses por tecnologia e respeito pela informação oficial podem garantir sucesso a soluções para telemóveis. Mesmo que em sacrifício da privacidade

Nelson Morais
justica@jn.pt

GOVERNO Após um Conselho de Ministros dedicado à covid-19, o chefe do Governo, António Costa, sugeriu “a todos” que, antes de irem à praia, instalassem nos telemóveis uma aplicação da Agência Portuguesa do Ambiente que lhes mostraria um “sinal amarelo, verde ou vermelho”, consoante a ocupação do areal. No dia seguinte, a Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais has-teou uma “bandeira vermelha” sobre aquela App, sustentando que não só acedia ao microfone, câmara e localização dos telemóveis, como ainda escondia o código que permitiria fiscalizar o uso dos dados recolhidos. Nada que evitasse a subida da Info Praia ao top das aplicações mais descarregadas nas lojas Google e Apple.

Por muito boas que fossem as intenções da Agência Portuguesa do Ambiente – que veio invocar um equívoco, pela apresentação de uma versão de testes da App na Google Play, mas manteve o seu código fechado –, o caso é revelador dos problemas que muitas vezes críticas apontam à corrida desenfreada, à escala global, por soluções tecnológicas para tra-

var o novo coronavírus: uma fé enorme na tecnologia; a opacidade de aplicativos que recolhem dados pessoais ou anonimizados; e a predisposição do público para soluções que tendem a sacrificar direitos individuais e a conduzir a um mundo mais vigiado.

A D3 é uma das mais de 100 organizações subscritoras de uma declaração que diz aos governos que a pandemia “não pode ser usada como desculpa para a implementação de sistemas de vigilância digital que não respeitem os direitos humanos”. Teme-se que a conjugação de interesses políticos e comerciais aproveite a fragilidade das populações para impor produtos tecnológicos cujo uso passe de voluntário e obrigatório e perdure para além da pandemia.

PORTUGUESES REATIVOS

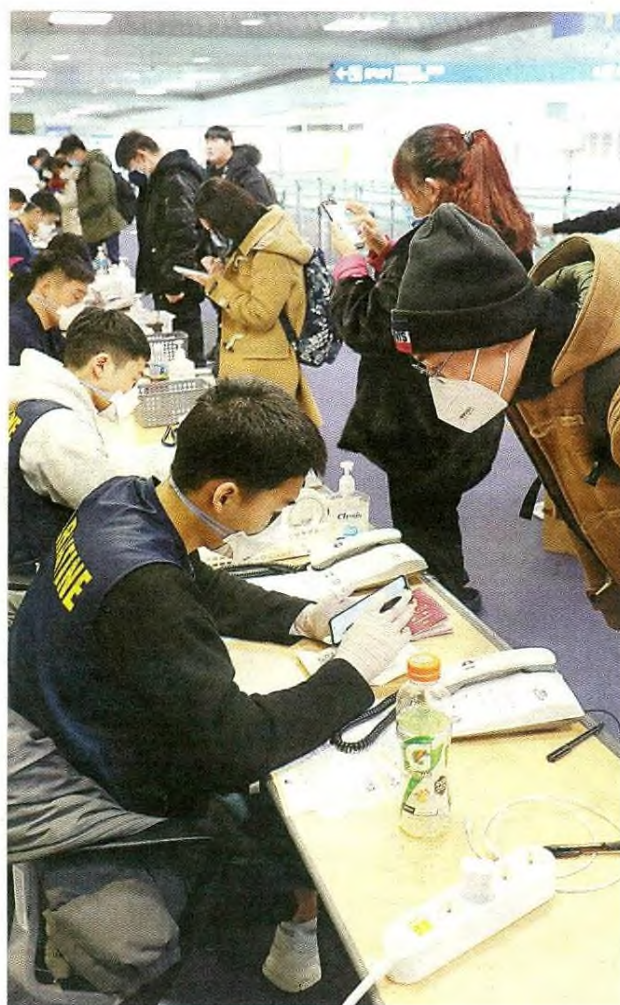
“As pessoas que estão no limite, claro, vão instalar a App”, garante o vice-presidente da D3, Ricardo Lafuente, já não sobre a das praias, mas sobre a de rastreio de contactos que está a ser desenvolvida pelo Inesc do Porto, ou a que se lhe seguir: “Mesmo que aquela não funcione, vai aparecer outra”, antevê o professor do Porto, descrente no recuo da atual

tendência de “atirar tecnologia para cima dos problemas”.

O coordenador do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, José Manuel Mendes, também não duvida que Portugal, em particular, vai ser um país mais vigiado. “Já o era, mas agora será de forma mais explícita. É ver quantos descarregaram a Info Praia, apesar do alerta de que era intrusiva!”, comenta. Para o sociólogo, há características dos portugueses que explicam a adesão: “Em qualquer alerta de segurança alimentar ou de saúde, onde o público é mais reativo é em Portugal. Se se diz que um remédio tem determinado efeito, os portugueses não lhe tocam mais”, exemplifica, sustentando que “as pessoas em Portugal seguem muito a informação oficial”.

“PRETEXTO PARA PENSARMOS”

Outro fator que pode potenciar a adesão a Apps para as praias, para rastreio de contactos ou para diagnóstico, é a curiosidade dos portugueses pela tecnologia, admite Alexandra Aragão, da Faculdade de Direito de Coimbra. Autora de um artigo recente sobre a matéria, a académica defende que, com um “sistema de aler-



ta rápido” contra a violação das regras, as “apps” serão úteis no controlo das cadeias de transmissão do coronavírus, como até, a seguir, de outras maleitas. “Pessoas idosas podem ter uma aplicação para recordar o horário de tomar os medicamentos, ou para a despidagem de doenças”, exemplifica, ao JN.

De resto, Alexandra Aragão observa que as pessoas “não

deveriam correr riscos inconscientemente”, mas, já hoje, fartam-se de ceder dados pessoais nas redes sociais ou quando, para acederem a um site, “concordam com os cookies”. “Já estamos a ser muito vigiados, sim”, anui Ricardo Lafuente, mas para defender que a pandemia é “um ótimo pretexto para pensarmos nisso”. ●

À entrada na Coreia do Sul, estudantes chineses mostram aplicação de diagnóstico da covid-19

JN

Jornal de Notícias

Ambulâncias do INEM e fardas dos técnicos ficam sem desinfeção

Operação era assegurada por equipa da GNR, agora afeta ao combate aos fogos P. 100



Desconfinamento
Filas com centenas de clientes na reabertura dos shoppings

Norte não registou novos casos, enquanto Lisboa reforça testes no combate aos surtos P. 22 a 29

Benfica Filipe Vieira considera paragem fator positivo P. 90

Apreensão Máscaras falsificadas iam ser vendidas a hospitais P. 42

PUBLICIDADE

Robbialac

Máximo resultado
sem um pinga de esforço.



ELEVADA OPACIDADE • BOA APLICABILIDADE
RESISTENTE A FUNGOS

Virar a Página

Maioria dos portugueses defende uso de telemóvel para vigiar covid-19

Edição Especial
de Aniversário
100 pág.

Sondagem Receio do vírus condiciona afetos até em casa, utilização de transportes e idas aos restaurantes

Turismo 50% apostam em gozar férias cá dentro

Crise Economistas acreditam que podemos lucrar

Adeptos Visão de um futebol sem público P. 4 a 8, 34 a 40, 46 a 48 e 94 a 96

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

"Ajuda europeia é oportunidade única" P.16



António Costa
Primeiro-ministro

"Não podemos deixar ninguém para trás" P.18



Entrevista
Sobrinho Simões

"O maior problema de Portugal é a pobreza"

Fundador do Ipatimup passou a "correr" ainda mais após a reforma

Investigador teme que abraçar os netos será cada vez mais difícil P. 10 a 14